

**PÁG 2** Legislativo faz um aceno à liberdade: mercado livre para todos é aprovado no Senado

**PÁG 5** Abraceel avança na definição da proposta sobre monitoramento da alavancagem

**PÁG 9** Propostas da Cpamp no foco da Abraceel, que contrata PSR para assessorar nas discussões

**PÁG 12** Reginaldo assume vice-presidência do FASE, Menel é reconduzido à presidência

**PÁG 14** Sexta Livre discute formação de preço com Barata

**PÁG 16** Curtas

**PÁG 20** Próxima semana

**PÁG 21** Calendário Abraceel

 Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

## Legislativo faz um aceno à liberdade: mercado livre para todos é aprovado no Senado

### Matéria em 1 minuto

- MP da Eletrobras é aprovada no Senado com 42 votos favoráveis;

- Emenda do senador Wellington Fagundes (PL-MT) é parcialmente acatada pelo relator, abrindo toda a alta tensão em julho de 2024 e todo o mercado em julho de 2026;

- Cabe à Câmara dos Deputados referendar as modificações propostas pelos senadores até a próxima terça, 22.06.



Tempo de leitura:  
**3 minutos**

Após dois dias de intenso debate entre os senadores, o Projeto de Lei de Conversão nº 7 de 2021, resultado da MP 1031 (MP da Eletrobras), foi aprovado com 42 votos favoráveis no Plenário do Senado. O relator da matéria na Casa, senador Marcos Rogério (DEM-RO), alterou o relatório que havia sido aprovado na Câmara, contemplando diversas propostas dos senadores, das quais destacamos a emenda do senador Wellington Fagundes (PL-MT), que abre o mercado de energia para todos os consumidores em 2026.

A medida também determina que encargo de eventual sobrecontratação das distribuidoras decorrente da migração será cobrado na proporção do consumo de energia elétrica daqueles consumidores que migrarem para o ACL, e que será movimentado pela CCEE e regulamentado pelo Poder Executivo. O regulamento também estabelecerá o limite de carga dos consumidores que deverão ser vinculados aos agregadores de carga ou varejistas.

A medida é reflexo de um intenso trabalho realizado durante anos pela Abraceel na conscientização dos tomadores de decisão sobre os benefícios da portabilidade da conta de luz. O cronograma de abertura, vale frisar, está em discussão desde 2015 no Legislativo, com o PL 1917 na Câmara dos Deputados, e no Senado, que debate o PLS 232 desde 2016 e enviou o texto aprovado para a Câmara este ano, na forma do PL 414/2021, que até o momento não avançou na Casa.



*Senador Marcos Rogério simulando sua conta de luz no mercado livre em 2019*

Com as atenções voltadas para apagar incêndios, por vezes quem tem o poder de levar o Brasil para a frente se concentra em medidas que resolvem o curto prazo e em nada contribuem para o desenvolvimento do país. Desta vez foi diferente. Neste dispositivo, os senadores sinalizaram ao mercado aquilo que sempre desejamos: um setor elétrico moderno, eficiente e, sobretudo, livre. Mas somente a primeira batalha foi vencida. A Câmara precisa aprovar até a próxima terça-feira, 22 de junho, as mudanças feitas pelo Senado e, posteriormente, a matéria deve ser sancionada em até 15 dias pelo Presidente da República.

Na discussão da matéria, a senadora Kátia Abreu (PP-TO) elogiou a emenda proposta pelo senador Wellington e acatada pelo relator, afirmando que talvez seja “um dos itens mais modernos” do relatório. É provável que a Câmara dos Deputados se reúna na próxima segunda para finalizar a deliberação da matéria, acatando ou não as mudanças propostas pelos senadores.

A redação final ainda não foi disponibilizada, mas o relatório está disponível no link: <https://bit.ly/3cQWWT9>.

## MP recebe outras alterações no Senado

O texto final aprovado pelo Senado mantém o modelo de privatização por meio de aumento do capital social da empresa, com subscrição pública de ações, da qual União não participará e perderá a posição de controladora, mas com uma golden-share que lhe dá poder de veto. O benefício da descotização das usinas continuará alocado apenas nos consumidores cativos na parcela destinada à CDE, e será ampliado na medida em que as contrapartidas para os programas previstos na MP serão descontados apenas dos 50% destinados à União. Foi ampliado de 6 para 8 mil MW o montante de termelétricas a serem contratadas via reserva de capacidade, que deixa de ser condicionante para desestatização da Eletrobras e passa a ser distribuído da seguinte forma: 1.000 MW no Nordeste, 2.500 MW no Norte, 2.500 MW no Centro-Oeste e 2.000 MW no Sudeste. Também foi mantida a reserva de mercado para as usinas hidrelétricas menores que 50 MW e prorrogado o Proinfa, que passa a considerar o preço médio do Leilão A-6 de 2019. Por fim, foram incluídos diversos outros dispositivos com destaque para a

necessidade de sabatina prévia do Senado para nomeação dos dirigentes do ONS, proposta que a Abraceel combateu em carta enviada via FASE aos parlamentares, e a obrigatoriedade do Poder Executivo de estabelecer em até 12 meses plano para viabilizar a recuperação dos reservatórios de regularização, no horizonte de 10 anos, sem prejuízo das regras aplicáveis aos rios Grande e Paranaíba.

## Abraceel avança na definição da proposta sobre monitoramento da alavancagem

### Matéria em 1 minuto

- Abraceel manifesta posicionamento coincidente em oito dos dez temas principais tratados nas notas técnicas sobre segurança de mercado;
- CCEE acata sugestão da Abraceel e serão realizados estudos sobre monitoramento de alavancagem e posteriormente os estudos dos sistemas de garantia;
- Foram apresentadas premissas para elaboração da proposta da Abraceel sobre monitoramento de alavancagem. Para análise do fator de alavancagem, a consultoria Volt Robotics apresentou quatro alternativas e os associados podem enviar contribuições até a próxima quinta, 24.06;
- Para fins de simulação e avaliação das diferentes alternativas, a Volt também solicita que associadas preencham a planilha enviada por e-mail, bem como enviem os balancetes do período selecionado, ficando assegurado o sigilo das informações.



Tempo de leitura:  
**4 minutos**

### Conheça o histórico

Após a publicação das três notas técnicas da CCEE, que propõem aprimoramentos na segurança de mercado, a Abraceel analisou os documentos junto ao seu corpo de associados e manifestou posicionamento coincidente quanto a oito dos dez temas principais tratados nas notas técnicas em questão. Em síntese, os pontos de divergência referem-se ao envio regular à CCEE de informações sobre preços e condições comerciais e implantação do monitoramento de alavancagem paralelamente aos sistemas de garantias.

Após amplo diálogo com a CCEE, a Câmara aceitou realizar mudanças no seu cronograma inicial e serão realizados estudos primeiramente sobre monitoramento de alavancagem para, posteriormente, serem estudados aprimoramentos nas garantias financeiras. Desenvolvimento da proposta Abraceel.

Dessa forma, a Abraceel renovou a contratação da Volt Robotics para elaboração da proposta Abraceel sobre monitoramento da alavancagem. No dia 15.06, o grupo técnico da



Associação se reuniu para apresentação, pela consultora, do andamento da proposta, uma das metas definidas na bandeira “Segurança de Mercado” do planejamento estratégico 2021-2024 da Abraceel. A reunião contou com a participação de cerca de 100 associadas.

Os consultores Donato Filho e João Paulo Negri comandaram a reunião, apresentando inicialmente exemplos de como é realizado o monitoramento de alavancagem pelo sistema financeiro e em outros mercados de energia, como na Califórnia.

Feita essa reflexão, os consultores apresentaram sugestões para elaboração da proposta da Abraceel sobre monitoramento de alavancagem com base nas seguintes premissas:

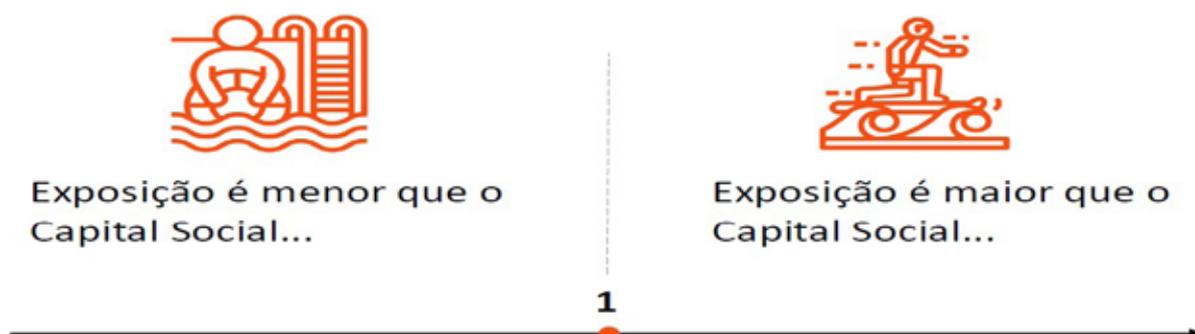
- Ser um processo simples;
- Compromissos de governança, capacitação e competência devem ser assumidos formalmente;
- Cada agente possui os detalhes dos seus contratos;
- Os agentes são responsáveis pelos seus cálculos e os resultados são enviados periodicamente à CCEE;
- Metodologias precisam ser documentadas e estar disponíveis; e
- Exigências devem ser progressivas, de acordo com os impactos que os agentes podem promover no mercado.

Com objetivo de monitorar se o agente está tomando posições muito ousadas, que podem impactar o mercado, a consultoria recomendou parâmetros para avaliar o risco de alavancagem (RA) e o fator de alavancagem (FA):

$$RA = \frac{\textit{Medida de Capital}}{\textit{Medida de Exposição}}$$

$$FA = \frac{1}{RA}$$

Logo, se o agente possui um fator de alavancagem (FA) menor que 1, sua exposição é menor que seu capital social, consequentemente, se o FA é maior que 1, a exposição é maior que o capital social.



Para análise do fator de alavancagem, a consultoria apresentou quatro alternativas, conforme mostrado na imagem a seguir:

<i>Medida de Exposição</i>	<i>Medida de Capital</i>			
	Valor do Patrimônio Líquido	Capital Social	Se listada, valor das ações sob controle	Apuração detalhada dos ativos líquidos
Volume Transacionado		<b>Alternativa 4</b>		
Posição Líquida		<b>Alternativa 3</b>		<b>Alternativa 2</b>
VaR, CVaR				
Cenários de Estresse				<b>Alternativa 1</b>

- Alternativa 1: cálculo realizado em função da apuração detalhada dos ativos líquidos e da posição líquida do agente. Para isso, é necessário que: (i) a Aneel defina a medida de capital líquido com base em informações contábeis padronizadas e metodologia para definir os cenários de estresse; (ii) a CCEE publique os cenários de estresse para preço, GSF etc.; e (iii) os agentes simulem seu portfólio nos cenários de estresse e enviem os resultados à CCEE;

- Alternativa 2: cálculo realizado em função da apuração detalhada dos ativos e dos cenários de estresse. Para isso é necessário que: (i) a Aneel defina a medida de capital líquido com base em informações contábeis padronizadas e metodologia para cálculo da posição líquida e parâmetros de risco; (ii) a CCEE calcule e publique os parâmetros de risco; e (iii) os agentes calculem os valores em risco e enviem os resultados para a CCEE;

- Alternativa 3: cálculo realizado em função do capital social e da posição líquida. Para isso é necessário que: (i) a Aneel defina forma de garantir a liquidez do capital social e metodologia para cálculo da posição líquida e parâmetros de risco; (ii) a CCEE calcule e publique os parâmetros de risco; e (iii) os agentes calculem os valores em risco e enviem os resultados para a CCEE; e

- Alternativa 4: cálculo realizado em função do capital social e do volume transacionado. Para isso é necessário que: (i) a Aneel defina forma de garantir a liquidez do capital social e metodologia para cálculo do volume transacionado e parâmetros de risco; (ii) a CCEE calcule os parâmetros de risco e os valores em risco; e (iii) os agentes validem os resultados da CCEE.

Segundo Donato, a única alternativa possível de se reproduzir com os dados já disponíveis publicamente é a quatro, mais simples, que inclusive baseou o backtest apresentado.

No levantamento do volume transacionado, o resultado mostra um mercado de comercialização concentrado, onde 6% dos agentes transacionam aproximadamente 50% da energia, enquanto 70% dos agentes transacionam 10% da energia. Dessa forma, o Consultor propõe responsabilidades maiores aos agentes que impactam mais o mercado e menores àqueles que impactam menos, ou seja, transacionam menos energia em função do seu capital social. Ao cruzar o capital social com o volume transacionado, foi observado na simulação que apenas 30% dos agentes possuem o FA abaixo de 1; 40% possuem FA entre 1 e 2; e 83% possuem o fator de alavancagem acima de 1.

		Volume Transacionado - MWm					
		≤ 50	≤ 100	≤ 200	≤ 500	≤ 1000	> 1000
Capital Social	# Agentes	139	26	24	41	18	11
500.000	18	15	2	0	1	0	0
1.000.000	44	41	1	2	0	0	0
5.000.000	63	42	11	5	4	1	0
10.000.000	39	15	6	9	8	1	0
50.000.000	54	17	2	4	16	9	6
Acima 50 MM	41	9	4	4	12	7	5

Sobre isso, os associados ponderaram que o agente que transaciona muito volume não significa que vai gerar maior risco que o agente que transaciona menos, sendo necessário aprofundamento na questão. O mesmo vale para o capital social das empresas. Muitas vezes o valor em caixa é inferior, razão pela qual algumas empresas consideram os valores em caixa para análise de risco das contrapartes.

Diante das ponderações, a consultoria solicita, para fins de simulação e avaliação das diferentes alternativas, que as associadas voluntariamente preencham a planilha enviada por e-mail, bem como enviem os balancetes do período selecionado, ficando assegurado o sigilo das informações. Os dados podem ser enviados até o dia 24.06, por meio do e-mail: [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br).

Finalizando a reunião, Donato informou os próximos passos da proposta, em que será realizado detalhamento das propostas para cálculo do preço em risco, da métrica de capital e das quatro alternativas de cálculo do fator de alavancagem.

Ademais, foi enviado ao Grupo Técnico a proposta discutida na reunião para envio de sugestões pelas associadas, bem como o envio dos dados solicitados pela consultoria até a próxima quarta-feira, dia 23.06.

## Propostas da Cpamp no foco da Abraceel, que contrata PSR para assessorar nas discussões

### Matéria em 1 minuto

- PSR apresentou trabalho que será realizado, que envolve: (i) análise conceitual sobre os elementos de aversão ao risco nos modelos; (ii) análise conceitual específica sobre as alterações propostas pela CPAMP no âmbito da CP 109/21; e (iii) 6 simulações analisando impactos no futuro, com cenários com hidrologia boa e ruim e diferentes parâmetros do CVaR;

- Associadas corroboraram com visão da PSR, de que é necessário realizar análise dos impactos das propostas no futuro, bem como com outros cenários hidrológicos. Também concordaram que a discussão, de caráter estrutural, envolve outras limitações dos modelos e está bastante poluída pelo atual cenário hidrológico adverso;

- PSR apresentará ao GT os resultados no dia 28.06, para sugestões dos associados até o dia seguinte. Em seguida, a Abraceel consolidará a minuta de contribuição e enviará para considerações finais dos associados. A consulta pública 109/21 do MME tem prazo até 02.07.



Tempo de leitura:  
**3 minutos**

No dia 14.06, foi realizada reunião técnica com as associadas especializadas nos modelos computacionais com objetivo de buscar voluntários para realização de simulações e análises dos impactos das propostas da CPAMP em discussão na consulta pública MME 109/21. A reunião contou com cerca de 170 associadas.

Na ocasião, apenas duas associadas se voluntariaram para realizar as simulações e análises. Dessa forma, a Abraceel contratou a PSR para assessorar a Associação, com simulações desses impactos, com foco na parametrização do CVaR.

Assim, no dia 17.06, foi realizada nova reunião do grupo técnico, já com a presença da PSR, para discutir o mérito das mudanças sugeridas pela CPAMP nos modelos de formação de preço para serem implementadas em 2022. Essa reunião contou com a participação de cerca de 230 associadas.



A PSR fez breve apresentação do trabalho que será realizado para Abraceel, que envolve: (i) análise conceitual sobre os elementos de aversão ao risco nos modelos; (ii) análise conceitual específica sobre as alterações propostas pela CPAMP no âmbito da CP 109/21; e (iii) 6 simulações analisando impactos no futuro, com cenários com hidrologia boa e ruim e diferentes parâmetros do CVaR (50,35) e (50,50).

Na sequência, a Abraceel fez breve contextualização das propostas da CPAMP para implementação em 2022, conforme detalhado no Relatório Semanal, período 07 a 11 de junho, e abriu espaço para as considerações das associadas.

As associadas corroboraram com visão da PSR de que é necessário realizar análise dos impactos das propostas no futuro, bem como com outros cenários hidrológicos, não apenas adversos, como analisado pela CPAMP. Também concordaram que a discussão, de caráter estrutural, envolve outras limitações dos modelos e está bastante poluída pelo atual cenário hidrológico adverso.

Os resultados das simulações realizadas pela Comissão deram margem a questionamentos, manifestados pelas associadas, uma vez que parece sugerir maior alinhamento com o CMSE de realizar a implementação do PAR(p)-A, das alterações do VMinOp e manter o atual parâmetro do CVaR (50,35), do que mudar para o CVaR (50,50).

Posto isso, na visão dos associados a reparametrização do CVaR pode ser prejudicial ao mercado em um cenário que não se tenha crise, com reservatórios com nível de armazenamento alto, podendo nesse caso não gerar o correto sinal de preço, uma vez que essa análise não foi realizada pela CPAMP.

Algumas simulações estão sendo feitas pelas associadas, que externaram na reunião alguns resultados, como a simulação que considera o primeiro trimestre deste ano, com as regras vigentes, alterando apenas os parâmetros do CVaR (50,35) e (50,50), onde foi observado maior impacto no preço do que nos reservatórios, e por isso questionam se a proposta da CPAMP é de fato a melhor para o setor.

Adicionalmente, as associadas sugeriram que seja realizada análise do impacto na garantia física e no GSF, uma vez que o modelo, com a parametrização proposta, resulta em uma sazonalização mais intensificada e em impactos relevantes no MRE, com dobramentos também nas garantias físicas das usinas.

Além disso, a definição de critérios objetivos para atualização do CVaR e do VMinOp, seria interessante, uma vez que esses parâmetros sofrem modificações constantes e em alguns casos não há metodologia clara que justifique as alterações.

Por fim, como algumas associadas informaram na reunião que estão realizando análises internas, a PSR solicitou que aqueles que puderem compartilhar resultados ou até

mesmo as premissas utilizadas para realização dos estudos, que enviem para [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br), para que a consultora inclua no seu trabalho.

O prazo de contribuição à consulta pública 109/21 do MME é até o dia 02.07. Assim a PSR irá apresentar ao grupo técnico os resultados obtidos nas simulações no dia 28.06, para sugestões das associadas até o dia seguinte, para na sequência a Abraceel consolidar sua minuta de contribuição e enviar para considerações finais das associadas, e, por fim, submeter ao MME no prazo determinado.

A apresentação realizada pela Abraceel na reunião está disponível na área restrita do site da Associação, seção “Apresentações Exclusivas”.

## Reginaldo assume vice-presidência do FASE, Menel é reconduzido à presidência

### Matéria em 1 minuto

- Flávio Neiva, da Abrage, apresenta panorama sobre a situação energética do SIN e diz que até o fim de 2021 o cenário será crítico, mas não haverá racionamento;

- Foi aprovada por unanimidade a recondução de Mário Menel para a presidência do Fase, assim como a eleição de Reginaldo Medeiros e Flávio Neiva para a vice-presidência do Fórum;

- Marcelo Moraes acredita que relatoria do PL 414/21 será definida após aprovação da MP 1031 nas duas Casas Legislativas.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

O Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) se reuniu, no dia 17.06, para discutir assuntos de interesse do setor.

Iniciando a reunião, Flávio Neiva e Leandro Andrade Nacif apresentaram panorama sobre a situação energética do SIN diante da crise hídrica que estamos vivendo. Em síntese, Neiva disse que em 2021 o cenário é preocupante, mas ainda não é tão grave como poderá ser em 2022. Conforme apresentado, em sua visão, o cenário até o fim de 2021 será crítico, mas não haverá racionamento, dado que o Sul deve ajudar o Sudeste no quesito chuvas. Devido a importância da matéria ficou decidido: i) realização de reunião extraordinária do FASE para preparar um encontro com a EPE e ONS; ii) solicitação de reunião, com agenda formatada na reunião mencionada com o ONS e EPE.

Em seguida, Marcelo Moraes, Vice-Presidente de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Abiape, apresentou um panorama político do cenário atual e a tramitação dos principais projetos de lei de interesse do setor elétrico. Disse que, diante dos últimos acontecimentos, ficou clara a relação de dependência do Executivo com o Legislativo e que o presidente da Câmara, Arthur Lira, está mostrando ao Planalto seu poder na definição da pauta do País, dada a votação e aprovação de importantes matérias de interesse nacional, como é o caso da MP 1031, que trata da desestatização da Eletrobras. Sobre o PL 414/21, que trata da modernização do setor elétrico, Marcelo disse ser a “cejeira do bolo” do setor elétrico e o projeto mais importante atualmente, entretanto disse que sua relatoria provavelmente só será definida após a aprovação da MP da Eletrobras nas duas Casas Legislativas.

Seguindo a pauta, foi aprovada por unanimidade a recondução de Mário Menel para a presidência do Fase, assim como a condução de Reginaldo Medeiros e Flávio Neiva para a vice-presidência do Fórum.



Finalizando a reunião, Mariana Amin, assessora jurídica da Anace, apresentou atualização do GT Tributário. Informou que cada associação componente do Fórum deverá elencar temas gerais de importância para o setor para reativar o grupo de trabalho tributário.

As apresentações realizadas na reunião estão disponíveis na área restrita do site da Abraceel, seção "Apresentações exclusivas".

## Sexta Livre discute formação de preço com Barata

### Matéria em 1 minuto

- As crises atuais são reflexo de um setor que tenta resolver problemas de hoje com ferramentas de ontem;
- É preciso uma profunda revisão do modelo para que preço e operação sejam acoplados;
- O setor é bom para diagnosticar problemas, mas peca na hora de tomar atitudes para resolvê-los.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Luiz Eduardo Barata foi o nosso convidado da Sexta Livre do dia 18.06 para discutir a agenda do setor, com foco em formação de preço. Reginaldo Medeiros abriu o evento agradecendo a agenda do Barata e destacando sua atuação profissional nas diferentes instituições setoriais, em especial na sua recente passagem frente ao Operador Nacional do Sistema.



Iniciou a conversa falando da recente aprovação da MP da Eletrobras no Senado, ao passo que Barata atentou para os custos que serão arcados por todos os consumidores. Defendeu que a discussão de diversos dispositivos ali aprovados deveria ter sido feita em órgãos setoriais.

Em relação à formação de preço, Barata disse que a crise hídrica vem se arrastando desde 2013, quando os reservatórios encerravam o período úmido em níveis muito baixos. Afirmou que há um descolamento entre o preço que se pratica e o preço real, o que evidencia a necessidade de profunda revisão do modelo.

Argumentou sobre a resistência em aumentar o risco, já que elevaria o preço da energia, criticando a tentativa de resolver problemas atuais com mecanismos do passado. Na sua visão, as bases do sistema mudaram, seja do lado da oferta, com o incremento das renováveis, seja do lado da demanda, com maior liberalização do mercado e empoderamento do consumidor.

Criticou a falta de iniciativa do setor em promover mudanças, a exemplo da revisão de garantia física que deveria ser feita a cada quatro anos, mas nos últimos dez anos foi feita uma vez apenas. A falta de iniciativa para promover as mudanças geram as crises que estão sendo vividas atualmente.

### **Preço por modelo x preço por oferta**

Barata não se opôs à formação de preço por modelo, mas defendeu que não adianta ter dados ruins e um modelo bom (ou vice-versa), porque não garante a operação do setor acoplada ao preço real. É necessário insistir no Cepel para aprimorar o modelo e no ONS para aprimorar os dados. Aconselhou que as instituições atuassem em parceria, porque a crença “de saber tudo” e agir sozinho leva aos entraves e problemas atualmente enfrentados.

Também apontou a morosidade na resolução de problemas que envolvem a máquina governamental, o que acaba sendo outro entrave na solução da crise. Por fim, finalizou o encontro falando que a abertura do mercado na forma como foi aprovada na MP da Eletrobras é o ponto positivo da medida e sempre foi defensor do mercado livre.



## CURTAS

### **Prova de Certificação 2021 será online e coordenada pela CCEE**

A CCEE informou que o processo de Certificação de Operadores do Mercado retornará em 2021 totalmente online. Pela primeira vez, estará sob a responsabilidade e coordenação da Câmara. A ementa do processo, com o conteúdo do programa e referência bibliográfica sugerida, será disponibilizada em breve no site da CCEE. A prova acontecerá em outubro, em data que será divulgada nas próximas semanas. A CCEE também informou que, como a edição de 2020 precisou ser cancelada devido à pandemia, prorrogou até 2021 o prazo de vigência de todos os certificados que teriam vencido no ano passado. Mais informações: <https://bit.ly/3cSs8Bn>.

### **Desmodelagem do consumidor varejista inadimplente**

A Abraceel encaminhou carta à SRM/Aneel, com a proposta de regulamentação da desmodelagem do consumidor varejista inadimplente. O documento formaliza o pedido de abertura de discussão pública sobre o tema, de forma que regulação ajuste-se aos dispositivos da Lei 14.120/21, e assim impulse o desenvolvimento do

mercado varejista de energia. A íntegra do documento está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Cartas Abraceel”.

### **Restrições hidráulicas e impacto na formação do preço**

No dia 11.06, o MME publicou a Portaria 524/21, que determina que as concessionárias das usinas hidrelétricas Jupiá e Porto Primavera realizem imediatamente testes de redução de defluência mínima praticada nas usinas, até atingir, respectivamente, o valor de 2.300 m<sup>3</sup>/s e 2.700 m<sup>3</sup>/s de forma estável, a partir de julho. No encontro do PLD realizado no dia 16.06, a CCEE informou que essa restrição apenas será considerada no cálculo do PLD a partir do PMO que respeitar ao menos um mês da sua indicação firme, como estabelecido na Resolução CNPE 07/16. Na ocasião, a CCEE também comentou sobre novas restrições informadas nesta semana pela ANA, que incluem, para a UHE Xingó, a troca de faixa de operação normal para a de atenção em junho e julho de 2021, quando o reservatório de Sobradinho atingir volume útil inferior a 60%, podendo ser praticada a defluência mínima de 800 m<sup>3</sup>/s, sem necessidade de aguardar o 1º dia do mês seguinte, e permitir a prática de vazões máximas médias mensais de 1.500 m<sup>3</sup>/s em setembro e de 2.500 m<sup>3</sup>/s em outubro e novembro de 2021 (essas restrições serão consideradas no cálculo do PLD a partir do PMO de agosto); e para as UHEs Furnas e Mascarenhas de

Moraes, o ONS adequará a operação do reservatório para acima da cota mínima de, respectivamente, 754,18m e 655,57m, sendo que tais restrições serão utilizadas no cálculo do PLD a partir do PMO de agosto. A apresentação realizada pela CCEE na reunião, está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Apresentações”.

## Formação de preço por modelo

No dia 16.06, a Diretoria Executiva da Abraceel se reuniu com a equipe da PSR para alinhamento do estudo que possui objetivo de estudar e propor aprimoramentos nos modelos de formação de preço. Ficou acordado que no mês de julho a PSR apresentará aos associados o plano de trabalho, para na sequência realizar entrevistas com, no mínimo, 10 associadas escolhidas pela consultora. Após essas etapas, será realizado Workshop sobre o tema em data a ser definida.

## Contribuição Abraceel – Leilão de Reserva de Capacidade de 2021

A versão final da contribuição da Abraceel à consulta pública do MME 108/21, que tem por objeto estabelecer diretrizes para realização do Leilão de reserva de capacidade em 2021, está disponível no site da associação, seção “Biblioteca>Contribuições e Notas Técnicas”.

## Relatório Técnico GT SMAP

O Comitê Técnico PMO/PLD disponibilizou no portal a versão final do relatório técnico do GT SMAP, que não recebeu contribuições dos agentes. Em relação à versão inicial disponibilizada, foram inseridos no Anexo B gráficos de ENA por bacia que apresentam resultados adicionais da proposta duas semanas. O documento final pode ser consultado em: <https://bit.ly/3guCBW6>.

## Tomada de Subsídio Aneel – Abertura integral do mercado

Foi aberta tomada de subsídio 10/21 pela Aneel, em 18.06, com objetivo de obter subsídios para elaboração de estudo sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para consumidores com carga inferior a 500 kW, incluindo o comercializador regulado de energia e proposta de cronograma de abertura iniciando em 1º janeiro de 2024. Em breve será agendada reunião do grupo técnico para debater o tema. Para mais informações acesse: <https://bit.ly/2UI7cwJ>.

## Mercado Livre de gás no Rio de Janeiro

No dia 18.06, Bernardo Sicsú, Diretor de Eletricidade e Gás da Abraceel, representou a Associação na audiência pública 03/21 da Agenesra, que busca estabelecer condições gerais para atuação do comercializador de gás natural no estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, Bernardo destacou que a Lei 14.134/21, bem como sua

pela Agenera invade a competência da União, pois estão na esfera federal e não na da agência estadual as atividades de autorização, fiscalização e controle da comercialização pela Agenera; a cobrança de taxa de fiscalização e controle para atividade de comercialização; a exigência da comprovação pelo comercializador de contratação de suprimento em volume superior aos previstos nos contratos; a publicação do preço médio de venda do gás; e eventuais regras de limitação de concentração de mercado. Sugeriu que todos esses itens fossem excluídos da proposta da Agência. Finalizando sua fala, Bernardo argumentou que a melhor deliberação estadual que normatiza a atividade de comercialização de gás é a própria Deliberação 4.068/20 da Agenera, que não invade a competência da União, reconhecendo a competência da ANP para autorização dos agentes comercializadores, sendo necessário apenas retirar a obrigação de o comercializador ter sede ou filial no estado, por criar barreiras para o desenvolvimento do mercado livre de gás natural no Rio de Janeiro. A apresentação realizada na reunião está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Apresentações”.

## **Comercialização e formação de preços de gás natural**

A EPE publicou Nota Técnica sobre a comercialização e formação de preços de gás natural. O documento tem como objetivo apresentar os aspectos

básicos de contratação de gás natural no mundo, o processo de formação e o desenvolvimento dos principais mercados mundiais, e as diferentes formas de precificação utilizadas na comercialização de gás natural, com menção aos principais hubs de gás estabelecidos e os que se encontram em desenvolvimento. O documento está disponível em: <https://bit.ly/3zAkt4y>.

## **Mercado de carbono na agenda da Câmara**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados aprovou o PL 528/2021, que regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), determinado pela Política Nacional de Mudança do Clima. De acordo com o substitutivo aprovado, o mercado terá fase de adesão voluntária nos primeiros dois anos de sua implementação, com a previsão de transição para a adesão mandatória em sua segunda fase. A íntegra está disponível no link: <https://bit.ly/2TLkX7f>. A matéria ainda precisa ser deliberada em três comissões: Meio Ambiente (CMADS), Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

## **Webinar sobre gestão de energia, geração distribuída e mercado livre**

Com uma boa gestão de energia é possível economizar até 25% na sua conta de luz, para isso é necessário entender diversos assuntos, entre eles a própria conta de luz, o que é gestão de energia,

ferramentas da gestão de energia, como identificar a melhor oportunidade para redução da conta, impactos reais da gestão de energia, geração distribuída, autoprodução e mercado livre. Todos esses temas serão abordados em webinar, no dia 05.07, gratuitamente. Inscrições no site: [www.economizenergia.com.br](http://www.economizenergia.com.br).



**ECONOMIZENERGIA**  
O FUTURO DA ENERGIA

**Gestão de Energia, Geração Distribuída e Mercado Livre**

05 de julho 2021

Sympia Streaming (Via Zoom)

Inscrições: [economizenergia.com.br](http://economizenergia.com.br)

Realização: **ECONOMIZENERGIA**

Apoio: **ABGD**, **ABRACEEL**, **ABRASIS**, **ACEFB**, **ACEFB**, **ANACE**, **BRDE**, **COGEN**, **ITSSEG**, **VIEX**

## Esfera Energia arrecada cestas básicas

A associada Esfera, em parceria com a instituição Gerando Falcões, está arrecadando cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social. A meta é arrecadar 1.500 cestas e, batendo a meta, ela será dobrada. Para maiores informações e para participar doando, acesse o link: <https://bit.ly/3z-zSUYZ>.



- ARRAIÁ SOLIDÁRIO -

**Você DOA e nós DUPLICAMOS!**

Nós da Esfera organizamos uma ação especial em parceria com a instituição Gerando Falcões para arrecadação de cestas básicas que serão distribuídas para famílias em estado de vulnerabilidade alimentar.

A cada cesta básica arrecadada a Esfera doará mais uma! Duplicando toda a arrecadação!

Conto com o seu apoio!



 **PRÓXIMA  
SEMANA**

**21.06 – Segunda-feira:** Reginaldo Medeiros participa de reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e os deputados federais João Maia e Arnaldo Jardim para discutir o PL 2646/2020, que trata de debêntures de infraestrutura, às 16h. O encontro é promovido pela ABCON e também terá a presença de ABCR, ABRADÉE, ABRATE, ANTF, IBRAM, SINICON e ÚNICA.

**22.06 – Terça-feira:** Call do GT para discutir a Tomada de Subsídios Aneel 09/2021, sobre a proposta de sistemática que avalia a consideração no PMO de usinas destinadas ao ACL e que não tenham iniciado suas obras, às 15h;

Abraceel participa de reunião com o Superintendente de Defesa da Concorrência, Estudos e Regulação Econômica da ANP, Bruno Conde Caselli, para debater a regulamentação do comercializador independente de etanol, às 9h30.

**23.06 – Quarta-feira:** Diretoria da Abraceel se reúne com os Diretores do ONS, Sinval Gama e Alexandre Zucarato, para debater a governança das informações que formam preço, às 14h;

Diretoria Executiva participa de reunião com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para discutir o andamento do PL 414/21, às 17h;

Danyelle Bemfica participa do Webinar “Comercialização de gás natural”, promovido pela EPE, às 18h.



# CALENDÁRIO ABRACEEL

## JULHO

**15.07 | 17h** - Reunião do Conselho

## AGOSTO

**05.08 | 17h** - Reunião do Conselho

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.